

Alerta Legislação, nº 1 de 4 a 9 jan. 2016

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **LEI Nº 13.242, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências. [Mensagem de veto](#)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

■ **PORTARIA Nº 630, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2016, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 61.785, DE 5 DE JANEIRO DE 2016**

Estabelece diretrizes e restrições, aplicáveis no exercício de 2016, para as despesas que especifica no âmbito do Poder Executivo

■ **DECRETO Nº 61.782, DE 5 DE JANEIRO DE 2016**

Regulamenta o procedimento administrativo referente à prestação das informações necessárias à defesa do Estado em Juízo, ao cumprimento das decisões judiciais que veiculam obrigação de fazer e dá providências correlatas

Prefeitura de São Paulo

■ **DECRETO Nº 56.756, DE 4 DE JANEIRO DE 2016**

Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional no ano de 2016.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

**PUBLICAÇÃO
DOU**

SUPERIOR

08/01/2016

DECRETO Nº 8.633, DE 7 DE JANEIRO DE 2016

Altera o [Decreto nº 6.521, de 30 de julho de 2008](#), para prorrogar, em caráter excepcional, o prazo de remanejamento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS destinados à Comissão Especial Interministerial.

04/01/2016 Ed. Extra	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 710, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica.
31/12/2015	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 709, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 708, DE 30 DE DEZEMBRO 2015</u> Autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 707, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica. <u>LEI Nº 13.239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher. <u>DECRETO Nº 8.632, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.631, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 8.383, de 29 de dezembro de 2014, que aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2015 das empresas estatais federais, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.630, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Promulga o Acordo na Área de Submarinos entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, firmado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008. <u>DECRETO Nº 8.629, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. <u>DECRETO Nº 8.628, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Cria a Medalha "Mérito Acanto" e altera o Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956, que regula o uso das condecorações nos uniformes militares. <u>DECRETO Nº 8.626, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u>

	Altera os Decretos que especifica, para prorrogar o prazo de vigência das margens de preferência. <u>DECRETO Nº 8.625, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Cria a Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União.
31/12/2015 Ed. Extra	<u>LEI Nº 13.242, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências. Mensagem de veto <u>LEI Nº 13.241, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e altera as Leis nºs 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 11.196, de 21 de novembro de 2005. Mensagem de veto <u>LEI Nº 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015. Mensagem de veto
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA Nº 545, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Institui o Programa de Gestão nas unidades da Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 46, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> (...) Art. 1º O art. 3º da Instrução Normativa Interministerial nº 1, de 26 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º o art. 1º desta Instrução Normativa Interministerial terá vigência até 31 de dezembro de 2016, período no qual ocorrerão a avaliação e a proposição de eventuais adequações pelo Grupo de Trabalho Interministerial MPA/MMA, instituído para a revisão e aprimoramento do sistema de permissionamento para o exercício da atividade de pesca no Brasil de que trata a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10 de 10 de junho de 2011." (NR) (...)

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC) → Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Tornar público que será limitada em até 10% a.a. (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002, e da Portaria nº 208, de 19 de fevereiro de 2014, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no primeiro trimestre de 2016, assim como para os que, aprovados anteriormente, venham a ser contratados no referido trimestre. (...)
Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) <u>PORTARIA Nº 2, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Instituir o Programa de Apoio a Participação de Produtores Brasileiros de Audiovisual em Eventos de Mercado e Rodadas de Negócios Internacionais 2016, no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). (...) <u>PORTARIA Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Instituir o Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais e de Projetos de Obras Audiovisuais em Laboratórios e Workshops Internacionais em 2016, no montante de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). (...) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 124, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre os procedimentos para a apresentação e análise das prestações de contas de recursos públicos aplicados em projetos audiovisuais de competência da ANCINE executados por meio de ações de fomento direto e indireto, revoga a Instrução Normativa nº. 110/12 e dá outras providências.
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 7, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam redistribuídos, do Ministério da Educação - MEC para as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo I. (...) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> Estabelece os prazos dos atos regulatórios de credenciamento e credenciamento das Instituições de Educação Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u>

	Estabelece o Calendário 2016 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) → Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 19, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Estabelece os procedimentos operacionais para a transferência obrigatória de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento de crianças de zero a 48 meses informadas no Censo Escolar da Educação Básica, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público, referente ao exercício de 2015.
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 955, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera os critérios disciplinadores do concurso de remoção por permuta para a Carreira de Advogado da União. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.460, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Institui fator de ponderação incidente sobre os saldos das operações de crédito rural contratadas com recursos do direcionamento da poupança rural (MCR 6-4). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.459, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre ajustes nas normas do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), amparado por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). → Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.778, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera a Circular nº 3.503, de 26 de julho de 2010, que dispõe sobre procedimentos complementares relativos ao funcionamento de componente organizacional de ouvidoria. <u>CIRCULAR Nº 3.777, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera a Circular nº 3.501, de 16 de julho de 2010, que dispõe sobre o funcionamento de componente organizacional de ouvidoria das administradoras de consórcio. <u>CIRCULAR Nº 3.776, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Estabelece condições e procedimentos a serem observados para a apresentação dos pedidos fundamentados em estudos técnicos, mencionados nos arts. 1º, § 7º, e 5º, § 3º, da Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, que dispõe sobre registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) → Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 704, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2016, e dá outras providências.

CIRCULAR Nº 703, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2015, e dá outras providências.

CIRCULAR Nº 702, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

Divulga relação dos municípios e regiões metropolitanas para efeito de enquadramento na tabela de desconto do FGTS e na utilização dos recursos da conta vinculada do FGTS na Moradia Própria.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)

PROTOCOLO ICMS 91, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a adesão dos Estados de Goiás, Minas Gerais e **São Paulo** ao Protocolo ICMS 04/14, que estabelece procedimentos nas operações interestaduais com Gás Liquefeito derivado de Gás Natural - GLGN.

PROTOCOLO ICMS 90, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a adesão dos Estados de Goiás, Minas Gerais e **São Paulo** ao Protocolo ICMS 04/14, que estabelece procedimentos nas operações interestaduais com Gás Liquefeito derivado de Gás Natural - GLGN.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

RETIFICAÇÃO

Nos incisos I e III do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.602, publicada no DOU nº 239, de 15 de dezembro de 2015(*), seção 1, página 56, Onde se lê:

(...)

(*) *Dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária e de exportação temporária aos bens de viajante, nas hipóteses que especifica.*

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN)

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2016

(...)

Art. 1º Autorizar a emissão de 32.955.143 (trinta e dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e três) títulos públicos, no valor presente de R\$ 39.999.999.987,44 (trinta e nove bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), em favor do Banco Central do Brasil, sem contrapartida financeira, destinada a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária, observadas as seguintes condições:

(...)

PORTARIA CONJUNTA Nº 8, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Setoriais Contábeis de Órgãos das Autarquias e Fundações Públicas Federais, pelas Setoriais Contábeis de Órgãos Superiores que supervisionem Autarquias e Fundações Públicas Federais e pela Procuradoria-Geral Federal em relação à evidenciação nas demonstrações contábeis e em notas explicativas das ações judiciais ajuizadas contra as Autarquias e Fundações Federais.

	Estabelece os procedimentos para transferência ou recolhimento de acervos arquivísticos públicos, em qualquer suporte, pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para o Arquivo Nacional. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF) → Conselho Superior de Polícia <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 2, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015</u> Dispõe sobre os procedimentos internos a serem adotados pelas polícias judiciárias em face de ocorrências em que haja resultado lesão corporal ou morte decorrentes de oposição à intervenção policial. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (SNJ) <u>PORTARIA Nº 231, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre o trâmite dos pedidos de assistência jurídica gratuita no âmbito da cooperação jurídica internacional e dá outras providências.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.270, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Habilita o Estado e Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC). <u>PORTARIA Nº 2.263, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Estabelece recursos financeiros destinados aos Hospitais Universitários Federais. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 59, DE 6 DE JANEIRO DE 2016</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto MAXXTROYER FORMICIDA GEL, bem como todos os produtos saneantes, fabricados por Indústria Química Passos e Ramos Ltda (CNPJ desconhecido), supostamente localizada na Rua Visconde de Guarapuava, s/n, Distrito Industrial, Erechim/RS. [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 58, DE 6 DE JANEIRO DE 2016</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto ICAZYME 4 EP DETERGENTE POLI-ENZIMÁTICO PARA INSTRUMENTAL MÉDICO, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO, 5 litros, fabricado pela empresa Icaraí do Brasil Ind. e Com. Ltda (CNPJ:03202656/0001-85). [...] <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 57, DE 6 DE JANEIRO DE 2016</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, em todo o território nacional, dos produtos, CONDITIONER ANTI FRIZZ FAVORITE LINE - LORD TECH COSMÉTICOS, HIDROGEL FAVORITE PRIME - STEP 2 - LORD TECH COSMÉTICOS, KERATIN HAIR - LORD TECH COSMÉTICOS e SHAMPOO DEEP-CLEANING FAVORITE LINE - LORD TECH COSMÉTICOS, bem como todos os cosméticos distribuídos

	por Lord Tech Cosméticos (CNPJ 10.840.129/0001-61), supostamente localizada na Rua Benjamim Constant, 380, Cornélio Procópio/PR. [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 56, DE 6 DE JANEIRO DE 2016</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os lotes fabricados após a data de 19/09/2013 do produto CONDICIONADOR CHÁ VERDE/ CABELOS OLEOSOS NUTRAACTIVE, fabricado pela empresa Pétalas Cosméticos Indústria e Comércio LTDA. (CNPJ 05.836.881/0001-07). [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.291, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015 (*)</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, comercialização e uso de todos os lotes do produto ESCOVA GRADATIVA LISO INTENSO, marca keramax, fabricado pela empresa Ivel Indústria de Perfumes e Cosméticos Ltda. (CNPJ: 30066989/0001-05), produzidos anteriormente à data de 23 de novembro de 2015. [...] (*) Republicada por correção no original publicado no DOU nº 228, de trinta de novembro de 2015, Seção 1, pág. 79. <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.070, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015(*)Republicado</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização, uso, além da divulgação pelo site http://www.hrinstrumental.com.br, de TODOS OS PRODUTOS PARA SAÚDE sem registro ou cadastro da empresa HR Instrumental Cirúrgico Importação e Comercio Ltda - ME (CNPJ: 05.860.479/0001-50). [...] (*) Republicada por correção no original publicado no DOU nº 213, de nove de novembro de 2015, Seção 1, pág. 45. <u>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)</u> <u>PORTARIA Nº 1.371, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Remaneja os recursos financeiros destinados ao custeio da execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no Estado de São Paulo.
Ministério das Cidades (MCidades)	<u>GABINETE DO MINISTRO (GM)</u> <u>PORTARIA Nº 270, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre os requisitos técnicos dos elementos definidos para a implementação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV, bem como os regulamentos pertinentes às aplicações derivadas do uso da placa eletrônica nos veículos. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera o subitem 2.2 do Anexo da Instrução Normativa nº 08, de 20 de maio de 2015, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre seleção do setor privado. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u>

	Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2016. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 22, de 14 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Programa Carta de Crédito Individual. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>DELIBERAÇÃO Nº 145, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 425, de 27 de novembro de 2012, que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO (SNH) <u>PORTARIA Nº 684, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Divulga o resultado do processo de seleção de propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 118, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 (RETIFICADA*)</u> Estabelece novos procedimentos para a revisão cadastral dos beneficiários do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. (*) <u>RETIFICAÇÃO</u> Na Portaria nº 118, de 31 de dezembro de 2015, inciso II, do art. 1º, publicada no DOU de no 1, Seção 1, página 1, de 4 de janeiro de 2016, onde se lê: "... para os contratos afetos às respectivas áreas de atuação em valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ...", leia-se: "... para os contratos afetos às respectivas áreas de atuação em valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ...".
Ministério do Esporte (ME)	SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO (SNEAR) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Consolida as câmaras temáticas e projetos especiais de atuação do Governo Federal nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 2, DE 6 DE JANEIRO DE 2016</u> Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Dunas Douradas. (Processo nº 02070.002869/2013-13) <u>PORTARIA Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2016</u> Estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e a autorização de uso para exercício da atividade comercial de condução de visitantes no Parque Nacional das Emas. (Processo nº 02102.000006/2015-59)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 5, DE 5 DE JANEIRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Autorizar o Ministério da Saúde a contratar 2.493 (dois mil e quatrocentos e noventa e três) profissionais, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do inciso I do art. 2º da <u>Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993</u>, conforme detalhado no Anexo. (...) <u>PORTARIA Nº 630, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2016, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO) <u>RESOLUÇÃO Nº 167, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Normatiza o agendamento e o atendimento prioritário às pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida nas clínicas e consultórios odontológicos.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/01/2016	<u>LEI Nº 16.090, DE 8 DE JANEIRO DE 2016</u> Fixa o subsídio dos Deputados Estaduais para o exercício de 2016 <u>LEI Nº 16.089, DE 8 DE JANEIRO DE 2016</u> Prorroga, para o exercício financeiro de 2016, os efeitos da <u>Lei nº 15.685, de 14 de janeiro de 2015</u>, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 416, DE 2015</u> São Paulo, 8 de janeiro de 2015 A-nº 001/2016 Senhora 1ª Vice-Presidente (...) Oriunda desse Parlamento, a proposta obriga o fornecedor, ao comercializar aparelho de telefonia móvel celular, de rádio ou similar e de "chip" de telefonia móvel, todos na modalidade pré-paga, a realizar cadastro do consumidor. (...) <u>DECRETO Nº 61.785, DE 5 DE JANEIRO DE 2016 (RETIFICADO)</u> Retificação do D.O. de 6-1-2016 No artigo 4º, § 1º, item 2, leia-se como segue e não como constou:

	2. relação de contratos que se enquadrem no artigo 3º deste decreto, observado modelo que será enviado previamente pelo Comitê Gestor ao responsável pela Secretaria de Estado ou entidade <u>DECRETO Nº 61.790, DE 8 DE JANEIRO DE 2016</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 61.789, DE 8 DE JANEIRO DE 2016</u> Altera o Decreto 61.696, de 04-12-2015, que dispõe sobre o Programa de Parcelamento de Débitos - PPD no Estado de São Paulo e dá outras providências <u>DECRETO Nº 61.788, DE 8 DE JANEIRO DE 2016</u> Altera o Decreto 61.625, de 13-11-2015, que institui o Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS no Estado de São Paulo e dispõe sobre o cancelamento de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS no âmbito do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais <u>DECRETO Nº 61.787, DE 8 DE JANEIRO DE 2016</u> Altera o Decreto 61.097, de 29 de janeiro de 2015(*) (*) Dispõe sobre o Convênio ICMS 133/08
07/01/2016	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.278, DE 6 DE JANEIRO DE 2016</u> Altera a Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público
06/01/2016	<u>DECRETO Nº 61.786, DE 5 DE JANEIRO DE 2016</u> Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.785, DE 5 DE JANEIRO DE 2016 (RETIFICADO)</u> Estabelece diretrizes e restrições, aplicáveis no exercício de 2016, para as despesas que especifica no âmbito do Poder Executivo <u>DECRETO Nº 61.784, DE 5 DE JANEIRO DE 2016</u> Dá nova redação ao inciso III do artigo 3º do Decreto nº 57.393, de 30 de setembro de 2011, que regulamenta o artigo 7º da Lei Complementar nº 724, de 15 de julho de 1993 <u>DECRETO Nº 61.783, DE 5 DE JANEIRO DE 2016</u> Altera dispositivos do Decreto nº 56.013, de 15 de julho de 2010, que dispõe sobre estágio para estudantes de Direito na Procuradoria Geral do Estado, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.782, DE 5 DE JANEIRO DE 2016</u> Regulamenta o procedimento administrativo referente à prestação das informações necessárias à defesa do Estado em Juízo, ao cumprimento das decisões judiciais que veiculam obrigação de fazer e dá providências correlatas

31/12/2015	<u>DECRETO Nº 61.774, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Integra servidores que especifica a Quadro Especial vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 61.773, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015</u> Extingue a Unidade de Execução de Programa – UEP, criada junto ao Gabinete do Secretário da Fazenda, pelo artigo 1º do Decreto nº 48.273, de 26 de novembro de 2003, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-11, DE 7/1/16 (REPUBLICADO*)</u> Estabelecer os procedimentos administrativos visando a concessão do porte de arma de fogo que constará da Carteira de Identidade Funcional e sua respectiva emissão em âmbito estadual aos Agentes de Segurança Penitenciária, Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária e Oficiais Operacionais Motoristas que exercem a função de condutores de veículos que transportam presos, e dá providências correlatas <i>* Republicado por ter saído com incorreções</i> <u>RESOLUÇÃO SAP-220, DE 30/12/15 (REPUBLICADO*)</u> Dispõe sobre o termo de acautelamento do colete balístico pertencente ao patrimônio da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, aos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária <i>* Republicado por ter saído com incorreções</i>
Agricultura e Abastecimento (SAA)	DEPARTAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO (Ddd) <u>PORTARIA DDD-2, DE 4-1-2016</u> Dispõe sobre a criação das Comissões de Avaliação de produtos oriundos da programação técnico-científica, definidas como resíduo de pesquisa pelas unidades do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento <u>PORTARIA DDD-1, DE 4-1-2016</u> Estabelece normas para comercialização de produtos oriundos da programação técnico-científica, definidos como resíduos de pesquisa pelas unidades do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, no exercício de 2016, e define critérios para o estabelecimento de preços

Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 2, DE 8-1-2016</u> Estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino <u>RESOLUÇÃO SE 1, DE 5-1-2016</u> Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2016 <u>RESOLUÇÃO SE-59, DE 30-12-2015</u> Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado-Município COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (CGRH) <u>PORTARIA CONJUNTA CGRH/CGEB S/Nº, DE 30-12-2015</u> Fixa datas e prazos para a divulgação da classificação dos inscritos e estabelece cronograma e diretrizes para o processo de atribuição de classes/aulas do ano letivo de 2016, nos termos da Resolução SE 75, de 28-11-2013, alterada pela Resolução SE 70, de 29-12-2014
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 03, DE 08-01-2016</u> Divulga os índices percentuais para fins de rateio do valor arrecadado a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, relativamente ao exercício de 2016, conforme previsto no <u>Decreto 46.700, de 19-04-2002</u> <u>RESOLUÇÃO SF 01, DE 04-01-2016</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF 96, DE 30-12-2015</u> Dispõe sobre a política de impressão corporativa no âmbito da Secretaria da Fazenda COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 038, DE 30-12-2015</u> Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CCE-CO 1, de 21-01-2015 (*) (*) <i>Estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2015</i> <u>PORTARIA CAF-G 00037, DE 30-12-2015</u> A Coordenadora da Administração Financeira, no uso de suas atribuições legais, resolve: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de DEZEMBRO/2015 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 07-01-2016 - Celetistas; Dia 08-01-2016 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. (...) COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT)

	<u>PORTARIA CAT 06, DE 08-01-2016</u> Altera a Portaria CAT-97/09, de 27-5-2009, que disciplina obrigações referentes às operações relativas à circulação de energia elétrica adquirida em ambiente de contratação livre <u>PORTARIA CAT 03, DE 05-01-2016</u> Altera a Portaria CAT-126/2011, de 16-09-2011, que disciplina a arrecadação de tributos e demais receitas estaduais, bem como a prestação de contas pelas instituições bancárias <u>COMUNICADO CAT 25, DE 30-12-2015</u> Divulga os valores em reais dos itens relativos à Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, previstos na Lei 16.080, de 28-12-2015. SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>COMUNICADO</u> Assunto: Esclarecimentos quanto a alteração na demonstração dos valores pagos a beneficiários de pensão cujo óbito do ex-servidor ocorreu posteriormente a 01-01-2004.
Habitação (SH)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SH-1, DE 05-01-2016</u> Acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Comitê de Regularização do Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais – “Cidade Legal”, aprovado pela Resolução SH 03, de 11-01-2008
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-2, DE 04-01-2016</u> Prorroga o prazo estipulado na Resolução SMA 67, de 07-10-2015, para a Comissão de Outorga do “Selo Verde Oficial do Estado de São Paulo” apresentar os critérios para concessão do “Selo Verde Oficial do Estado de São Paulo” e do “Selo Verde Oficial do Estado de São Paulo - Município VerdeAzul” à apreciação da Secretária de Estado do Meio Ambiente <u>RESOLUÇÃO SMA-1, DE 04-01-2016</u> Dispõe sobre os procedimentos relacionados à assinatura de convênios e avenças congêneres da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, institui e estabelece as finalidades do Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Convênios - GTAC
Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-34, DE 08-01-2016</u> Dispõe sobre o licenciamento anual de veículos e dá providências correlatas INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (IAMSPE) <u>PORTARIA IAMSPE Nº 28, DE 23-12-2015</u> (...) Artigo 1º - Regulamenta o Processo de Avaliação para fins de pagamento do Prêmio de Produtividade Médica – PPM aos servidores integrantes da carreira de Médico, em efetivo exercício no Instituto de

	Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. (...)
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE-3, DE 08-01-2016</u> Regulamenta o artigo 2º da Lei estadual 14.272/2010, disciplinando o ajuizamento e a desistência das execuções fiscais e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO PGE 1, DE 06-01-2015</u> Altera a redação de dispositivos da Resolução PGE 68, de 11-10-2011, que disciplinou a implantação da Gratificação de Atividade Especial – GAE no âmbito da Procuradoria Geral do Estado
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS 01, DE 07-01-2016</u> Altera o Anexo I, do artigo 1º, da Resolução SS 75, de 29-07-2015, que indica o rol de Centros Especializados de Referência de Fibrose Cística - CERFC, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS-137, DE 28-12-2015 (*)</u> Altera o Anexo da Resolução SS 82 de 23, publicada em 24-07-2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde por áreas e a fixação de limites para realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista e dá providências correlatas (*) Republicada por haver saído com incorreções. <u>RESOLUÇÃO SS-135, DE 28-12-2015 (*)</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Órgãos Torácicos (CTEOrgT), a que se reporta a Resolução SS 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas (*) Republicada por haver saído com incorreções. <u>RESOLUÇÃO SS-134, DE 28-12-2015 (*)</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Córnea (CTECa), a que se reporta a Resolução SS 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas (*) Republicada por haver saído com incorreções. <u>RESOLUÇÃO SS-133, DE 28-12-2015 (*)</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Bancos de Tecido Ocular Humano (CTEBTOH), a que se reporta a Resolução SS 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas (*) Republicada por haver saído com incorreções.
Secretaria de Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-3, DE 07-01-2016</u> GS1516/15 Altera dispositivo da Resolução SSP- 129, de 13-10-2015 que constitui Grupo de Trabalho para analisar propostas para integrar o plano de reestruturação da Polícia Civil

Turismo (ST)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA CG/ST, DE 07-01-2016</u> Institui, na Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, Procedimento para utilização dos serviços de transporte, e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO STM-13, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de Campinas (Serviços Comum e Seletivo) – Zona de Operação <u>RESOLUÇÃO STM-21, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste do Preço Público de Utilização de Terminais <u>RESOLUÇÃO STM-20, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, a título de gerenciamento <u>RESOLUÇÃO STM-19, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, à título de gerenciamento – Área Concedida – Região Metropolitana de Campinas <u>RESOLUÇÃO STM-18, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, a título de gerenciamento <u>RESOLUÇÃO STM-17, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, à título de gerenciamento – Áreas Concedidas <u>RESOLUÇÃO STM-16, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste tarifário das integrações do Sistema de Ônibus das Regiões Metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista, de Campinas e de Sorocaba <u>RESOLUÇÃO STM-15, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de Sorocaba (Serviços Comum e Seletivo) <u>RESOLUÇÃO STM-14, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Serviços Comum e Seletivo) <u>RESOLUÇÃO STM-12, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de Campinas (Serviços Comum e Seletivo) <u>RESOLUÇÃO STM-11, DE 07-01-2016</u> Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana da Baixada Santista (Serviços Comum e Seletivo)

RESOLUÇÃO STM-10, DE 07-01-2016

Aprova o reajuste tarifário do Corredor Metropolitano de Trólebus São Mateus Jabaquara

RESOLUÇÃO STM-9, DE 07-01-2016

Aprova o reajuste tarifário das Linhas Seletivas Especiais Expressas e Linhas Intermunicipais Comuns – (Serviço Aeroporto)

RESOLUÇÃO STM-8, DE 07-01-2016

Aprova o reajuste tarifário da Integração física e tarifária envolvendo atendimentos metropolitanos do Sistema de Transporte Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo, gerenciado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, com linhas municipais de São Paulo, gerenciadas pela São Paulo

Transporte S/A – SPTrans, no Terminal de Ônibus Urbano Grajaú

RESOLUÇÃO STM-7, DE 07-01-2016

Aprova o reajuste tarifário da integração física e tarifária envolvendo atendimentos metropolitanos do Sistema de Transporte Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo, gerenciado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, com linhas municipais de São Paulo, gerenciadas pela São Paulo Transporte S/A – SPTrans no Terminal Sacomã

RESOLUÇÃO STM-6, DE 07-01-2016

Aprova o reajuste do valor da taxa de embarque para as linhas metropolitanas que utilizam o Terminal Carvalho Pinto (Tietê)

RESOLUÇÃO STM-5, DE 07-01-2016

Aprova o reajuste das tarifas relativas à Integração física e tarifária da Linha 5 Lilás e atendimentos metropolitanos, em Capão Redondo e Campo Limpo

RESOLUÇÃO STM-4, DE 07-01-2016

Reajuste tarifário – Integração tarifária envolvendo atendimentos do Sistema de Transporte Coletivo de Ônibus Intermunicipal da Região Metropolitana de São Paulo, gerenciados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP com o Sistema Metroferroviário

RESOLUÇÃO STM-3, DE 07-01-2016

Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo (Serviços Comum e Seletivo) – sub-região Sudeste

RESOLUÇÃO STM-2, DE 07-01-2016

Aprova o reajuste tarifário relativo aos Serviços de Transporte Coletivo Intermunicipal da Região Metropolitana de São Paulo (Serviços Comum e Seletivo)

RESOLUÇÃO STM-1, DE 07-01-2016

Reajuste tarifário – Sistema Metroferroviário
(...)

Universidade de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) – Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão <u>DELIBERAÇÃO CEPE-A-9, DE 1º-12-2015</u> Altera a Deliberação CEPE-A-06/2015 que dispõe sobre o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da Unicamp para o ano letivo de 2016
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
08/01/2016	<u>COMUNICADO SDG Nº 04/2016</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a criação da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV, autarquia especial designada como gestora única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Cíveis e do Regime Próprio de Previdência dos Militares, por força da Lei Complementar nº 1.010/2007; CONSIDERANDO que o § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 1.010/2007 determina que o ato de concessão dos benefícios para o membro ou servidor do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Universidades será assinado pelo chefe do respectivo Poder, entidade autônoma ou órgão autônomo; CONSIDERANDO que pende de implementação o disposto no parágrafo 6º, do artigo 3º do Decreto Estadual nº 52.046, de 09/08/2007; CONSIDERANDO, ainda, os novos procedimentos criados pelo SISCAA-Web e a necessidade de orientação aos Órgãos Estaduais jurisdicionados deste Tribunal; COMUNICA: 1. A responsabilidade pelo preenchimento e remessa das planilhas contendo a relação dos atos de aposentadorias, pensões e reformas/transferências para a reserva no SISCAA-Web é do Poder ou órgão concessor do benefício e lavratura do correspondente ato, de tal forma que: 1.1 – Compete à SPPREV preencher as planilhas do SISCAA-Web para informar os atos de aposentadorias e pensões, bem como suas respectivas apostilas retificatórias, nos casos em que o ato concessório ou retificatório tenha sido lavrado por aludida autarquia; 1.2 – Compete ao Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública e Universidades Estaduais o preenchimento das planilhas contendo as informações sobre os atos de aposentadoria de seus membros e servidores, bem como das correspondentes apostilas retificatórias, na forma prevista pela Lei Complementar nº 1.010/2007; 1.3 – Compete aos setores responsáveis da Polícia Militar o preenchimento da planilha contendo as informações sobre a inatividade de seus integrantes (reformas e transferências para a reserva), bem como das correspondentes apostilas retificatórias, na forma prevista na Lei Complementar nº 1.013/2007 e Decreto Estadual nº 52.860/2008. 2. A expedição das apostilas retificatórias relativas às aposentadorias concedidas pelos Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo anteriormente à assunção pela SPPREV permanece sob responsabilidade desses órgãos, competindo-lhes, portanto, o preenchimento das planilhas eletrônicas junto ao SISCAA-Web e seu encaminhamento às Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais por meio do mesmo sistema.

	3. Os beneficiários de aposentadorias e ou pensões objeto de apostilas retificadoras que venham a anular ou revogar benefícios, serão devidamente notificados por esta Corte durante a instrução do correspondente processo, não havendo, assim, necessidade da prévia assinatura dos Termos de Ciência e Notificação. 4. Permanece obrigatória a lavratura do Termo de Ciência e Notificação nos processos de concessão inicial, nos termos do Comunicado SDG nº 023/2014 (DOE de 27/08/2014). 5. Tornam-se sem efeito os Comunicados SDG nº 031/2010, publicado no DOE de 23/09/2010, e nº 022/2014, publicado no DOE de 26/08/2014, e disposições contrárias contidas no Comunicado SDG nº 010/2013, publicado no DOE de 09/03/2013. SDG, 07 de janeiro de 2016. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
07/01/2016	<u>PROJETO DE LEI Nº 1137, DE 2015 (PLANO PLURIANUAL 2016-2019)</u> <u>RETIFICAÇÃO DO SUPLEMENTO</u> Parecer nº 1919, de 2015, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, sobre a redação final do projeto Autógrafo nº 31.418 Incluam-se os quadros a seguir no final do Suplemento contendo o Parecer e o Autógrafo supracitados, publicado em 23/12/2015. <u>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)</u> <u>COMUNICADO SDG Nº 03/2016</u> <u>Relação de órgãos proibidos de novos recebimentos</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal. Notas: 1- Esta relação é atualizada mensalmente, com a exclusão dos órgãos e/ou entidades que regularizaram sua situação perante este Tribunal e inclusão daqueles que foram apenados, cujas decisões transitaram em julgado. 2- A presente publicação aponta situações a contar de junho de 2005, podendo constar casos anteriores à data mencionada e que serão resolvidos mediante expedição de certidão. SDG, 6 de janeiro de 2016 SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 02/2016</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA que em face da sanção do Projeto de Conversão nº 21, de 2015 (MP nº 684/2015) que alterou disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, fica suspensa a vigência da Resolução nº 6, de 2015, publicada no DOE de 23 de julho de 2015, até que sejam promovidas as necessárias modificações decorrentes da nova legislação. SDG, 06 de janeiro de 2016. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 01/2016</u>

	O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA a todos os órgãos jurisdicionados estaduais que, em decorrência da correção anual pela variação da UFESP, e consoante previsto nas Instruções nº 01/2008, bem como na Resolução nº 01/2012, Aditamento nº 01/2014 e Resolução nº 05/2014, o valor atualizado de remessa a esta Corte, de contratos e atos jurídicos análogos, inclusive os relativos à concessão e permissão de serviços públicos, convênios firmados com órgãos públicos ou organizações da sociedade civil, contratos de gestão e termos de parceria, termos de colaboração e os termos de fomento, vigente para o exercício de 2016 é igual ou superior a R\$ 4.472.000,00. Este COMUNICADO não se aplica à área municipal. SDG, 06 de janeiro de 2016. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
31/12/2015	OFÍCIO SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS GABINETE DO SECRETÁRIO São Paulo, 28 de dezembro de 2015. <u>OFÍCIO GS/STM Nº 616/2015</u> (...) reajustados os valores das tarifas da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU/SP, gerenciadora do sistema metropolitano por ônibus da Região Metropolitana de São Paulo, empresas vinculadas a esta Secretaria dos Transportes Metropolitanos. (...)
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
09/01/2016	<u>DECRETO Nº 56.760, DE 8 DE JANEIRO DE 2016</u> Regulamenta o Sistema de Estágios da Prefeitura do Município de São Paulo.
08/01/2016	<u>DECRETO Nº 56.759, DE 7 DE JANEIRO DE 2016</u> Estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como normas edilícias para Habitação de Interesse Social, Habitação de Mercado Popular, além de Empreendimento de Habitação de Interesse Social, Empreendimento de Habitação de Mercado Popular e Empreendimento em Zona Especial de Interesse Social, nos termos da <u>Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014</u> - PDE. <u>DECRETO Nº 56.758, DE 7 DE JANEIRO DE 2016</u> Altera o artigo 1º do <u>Decreto nº 54.498, de 23 de outubro de 2013</u>, que dispõe sobre as atribuições da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.
06/01/2016	<u>LEI Nº 16.347, DE 5 DE JANEIRO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 612/13, DO VEREADOR ARI FRIEDENBACH – PHS)

	Altera dispositivo da Lei nº 13.661, de 11 de novembro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a contratar seguro de vida e por invalidez permanente, total ou parcial, em grupo, para os integrantes do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Metropolitana – QPG, nas condições que especifica.
05/01/2016	<u>LEI Nº 16.345, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> (Projeto de Lei nº 243/15, dos Vereadores Salomão Pereira – PSDB, Abou Anni – PV, Adilson Amadeu – PTB, Adolfo Quintas – PSDB, Alessandro Guedes – PT, Alfredinho – PT, Anibal de Freitas – PSDB, Ari Friedenbach – PHS, Atílio Francisco – PRB, Aurélio Nomura – PSDB, Calvo – PMDB, Claudinho de Souza – PSDB, Conte Lopes – PTB, David Soares – PSD, Edir Sales – PSD, Eduardo Tuma – PSDB, Eliseu Gabriel – PSB, George Hato – PMDB, Gilson Barreto – PSDB, Jair Tatto – PT, Jonas Camisa Nova – DEMOCRATAS, Juliana Cardoso – PT, Laércio Benko – PHS, Marquito – PTB, Natalini – PV, Nelo Rodolfo – PMDB, Netinho de Paula – PDT, Noemi Nonato – PROS, Ota – PROS, Patrícia Bezerra – PSDB, Paulo Fiorilo – PT, Paulo Frange – PTB, Pr. Edemilson Chaves – PP, Quito Formiga – PSDB, Reis – PT, Ricardo Nunes – PMDB, Ricardo Teixeira – PV, Sandra Tadeu – DEMOCRATAS, Senival Moura – PT, Souza Santos – PSD, Toninho Paiva – PR, Ushitaro Kamia – PSD, Valdecir Cabrabom – PTB, Vavá – PT e Wadih Mutran – PDT) Dispõe sobre regulamentação do atendimento ao serviço de Transporte Individual Remunerado de Passageiros – Táxi, em casos de solicitação por aplicativo (APP) ou internet, no Município de São Paulo, e dá outras providências. <u>LEI Nº 16.344, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 161/15, DO VEREADOR ADILSON AMADEU – PTB) Altera o valor da multa prevista na Lei nº 15.676, de 18 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a vedação do transporte remunerado individual de passageiros sem que o veículo esteja autorizado para este fim. <u>LEI Nº 16.343, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 90/15, DOS VEREADORES ANDREA MATARAZZO – PSDB, ARSELINO TATTO – PT, ANIBAL DE FREITAS – PSDB, ADOLFO QUINTAS – PSDB, ALFREDINHO – PT, NATALINI – PV E PATRÍCIA BEZERRA – PSDB) Autoriza a instalação e o funcionamento de Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIs nos termos em que especifica e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 56.756, DE 4 DE JANEIRO DE 2016</u> Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional no ano de 2016.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107